

DOPICO CAÍNZOS, María Dolores e VILLANUEVA ACUÑA, Manuel (Eds.), *Clausus est Ianus (Augusto e a transformación do noroeste hispano)*. Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, 2016. ISBN: 978-84-8192-526-5. 438 pág. ilustr. Volume I de *Philtáte – Studia et acta antiqua Callaeciae*¹.

Recensão submetida a 08/02/2018 e aprovada a 19/10/2018

A efeméride do bimilenário da morte do imperador Augusto constituiu, um pouco por toda a parte do que foi outrora o mundo romano, excelente pretexto para se trazer nova luz sobre o que fora não apenas a obra deste singular político e estratega como também o que, nessa altura, se passava nos diversos pontos do Império.

Para além da pacificação concretizada após décadas de guerras civis, que o próprio imperador consubstanciou nas *Res Gestae* (capítulo 13), ao afirmar que o templo de Jano, por três vezes no seu reinado, com bons auspícios se fechou – *Clausus est Ianus* – o programa político e social de Augusto merece, de facto, ser posto em evidência.

Assim o entenderam os investigadores da Universidade de Santiago de Compostela, através da Facultade de Humanidades do Campus de Lugo, que convocaram para Julho de 2014 um colóquio internacional subordinado ao atrás citado significativo testemunho: *Clausus est Ianus*.

Antes, porém, de se dar sucinta conta do conteúdo das comunicações então apresentadas e que neste volume se consagram, não posso deixar de referir o facto de ele ser dedicado à memória de dois importantes vultos da historiografia romana galega, que subitamente e com a escassa diferença de uma semana nos deixaram em 2015: Pilar Rodríguez Álvarez, falecida a 9 de Fevereiro, e Gerardo Pereira Menaut, que partiu no seguinte dia 15, ambos docentes insígnies da universidade compostelana. A revisitação dos seus trabalhos e do seu entusiasmo pela investigação acerca da Galícia

¹ Por determinação editorial, este texto está escrito conforme o Acordo Ortográfico de 1990, com o qual o autor discorda.

será sempre obrigatória e permanente a recordação da sua vida em prol da Cultura, da História e do Património. Que descansem em paz!

Aliás, é de Gerardo Pereira o texto, em galego, que abre esta série: o caso da *Callaecia* como exemplo de como se constrói uma região ao tempo de Augusto (p. 19-29). E Gerardo acentua que terão sido determinantes não somente as características geológicas mas todo um conjunto de fenómenos históricos complexos, que fizeram, inclusive, com que, na atualidade, aí se tenha o galego como língua própria. E conclui: «As isoglosas actuais poden, quizais, axudarnos a comprender por que e como os organizadores romanos fixeron as cousas como as fixeron» (p. 28).

Gonzalo Cruz Andreotti evoca um verso do poeta andaluz Luis Cernuda («Donde habita el olvido») para referir que o Noroeste «parece olvidado en la literatura geografica antigua hasta bien entrado el período de dominación romana». E isso é pretexto para dissertar sobre «el conocimiento geográfico de los territorios del Noroeste: de la cartografía a la cultura» (p. 31-57). Revisitam-se os testemunhos de Políbio, Artemidoro e Estrabão.

Para tratar da conquista do Noroeste (p. 59-71), Villanueva Acuña analisa, com base em fontes literárias e epigráficas a evolução do quadro administrativo e os acontecimentos político-militares que viriam a desembocar na efetiva dominação da região por parte dos Romanos, salientando o papel determinante que Paulo Fábio Máximo terá desempenhado, como primeiro governador da Citerior, para integrar definitivamente nessa província os territórios do Noroeste.

Para Juan Santis Yanguas o contributo da epigrafia jurídica não é, de forma nenhuma, despreciando para se compreender como é que o Noroeste se incorporou no Império Romano (p. 73-87). Confessa que, se «antes de finalizar el sec. I a. C., ya estaban implantadas las formas básicas de administración bien conocidas en las provincias occidentales del imperio, que suponen una modificación estructural de las comunidades indigenas», o certo é que, só com a conquista se terá conhecido melhor a organização populacional, tanto no aspeto geográfico como social, o que explica o cuidado com que Augusto terá envolvido a sua decisão de incluir a região na Lusitânia ou na Citerior.

Foi, também aqui, o exército um instrumento do poder e, por isso, haveria que esclarecer qual a sua atuação, ao tempo do imperador. Isso se propôs esclarecer Juan José Palao Vicente (p. 89-108). Assinala o investigador que, não se duvidando que «el largo servicio en las tropas auxiliares y el contacto directo con la organización y estructuras romanas llevaron aparejadas un proceso de aculturación que afectada a los hábitos y formas de vida de esos soldados», o certo é que muitos deles acabavam

por se fixar nas zonas onde haviam prestado serviço militar, de modo que só mais tarde, quando se procedeu com maior regularidade ao recrutamento provincial dos efetivos auxiliares, é que «una parte del poder transformador del ejército se dejara sentir con fuerza en estas regiones» (p. 104).

Pierre Sillières, cuja tese de doutoramento sobre as vias romanas da Hispânia Meridional (ainda que publicada em 1990) continua a ser de referência obrigatória no estudo da viação romana peninsular, preferiu, desta feita, abordar um tema deveras sugestivo: as vias militares como percurso a fazer pelos correios imperiais (*vehiculatio* ou *cursus publicus*), numa óptica de o imperador Augusto mais eficazmente obter o domínio político e administrativo do Império (p. 111-132). Regre-se, pois, às *mutationes*, às *mansiones*, aos pesados encargos financeiros que a manutenção de uma via em bom estado acabava por acarretar.

Foi também instrumento do poder – e de que maneira! – o estabelecimento do culto imperial. Como Norbert Roland sublinhou (*Rome, Démocratie Impossible? Les Acteurs du Pouvoir dans la Cité Romaine*, Le Paradou, 1981, p. 245), Augusto é prudente quando permite que o seu culto se instale: prefere sugerir e não impor: «Il est empereur, mais fait tout pour qu'on ne le croit pas; il n'est pas dieu, mais le laisse dire». E é esse subtil estratagema que Santiago Montero Herrero procura escarpelizar (p. 135-161), tendo em conta, de modo específico, as *Arae Sestianae*, que Montero, na senda de Dolores Dopico, afirma relacionarem-se «con la existencia de un *conventus Arae Augustae*, posible precursor del de *Asturica Augusta*, ya en el año 1 d. C. y confirmaría, dentro de la reorganización de Hispania por Augusto, la transferencia de *Asturia* y *Callaecia* a la Citerior (p. 141). Se o culto imperial ou, se se preferir, a *devotio* ao imperador se manifesta já na Hispânia ao tempo de Augusto, concordo com Santiago Montero e com Julián González, cuja opinião cita (p. 155): essa manifestação é bem real e está epigraficamente documentada.

Divide-se o volume em quatro grandes temas: 1) o Noroeste e o Império Romano; 2) os instrumentos do poder; 3) as mudanças verificadas no território e nas comunidades e 4) as transformações económicas. Pablo Ramil-Rego e Luis Gomaez-Orellana Rodríguez abrem o terceiro tema para discernirem “mitos e realidades” no que concerne ao clima, à paisagem e à acção humana no Noroeste durante a Idade do Ferro e a Romanização (p. 163-183). Começam, de resto, por assinalar que, embora os estudos paleo-ecológicos, arqueobotânicos e arqueozoológicos se hajam desenvolvido, e bem, na 2ª metade do século XX, é também verdade que ainda subsistem «muitos dos antigos clichés forjados a partir da mitologia e baseados na falta de dados» (p. 163). Abordam ainda a questão da ruralização da paisagem, referindo-se à vinha e aos castanheiros,

para terminarem com a afirmação de que a recolção naturalmente se manteve mesmo quando a agricultura se instalou.

Sustenta Francisco Calo Lourido que pode hoje dizer-se que «Roma potenciou a cultura castreja até lograr diluí-la» (p. 185-207). Evoca a sua experiência com Carlos Alberto Ferreira de Almeida no Castro de Monte Mozinho, «un grande castro iniciado en época de Augusto cunha clarísima etapa xulio-claudia e outra, máis reducida, flavia» (p. 186). Conclui que, sob Augusto, os indígenas estão em processo de romanização, «ainda que, socioloxicamente, seguen a ser castrexos. Deixarán de selo côas reformas flavianas» (p. 203). O castro de San Cibrao de Las, estudado de seguida (p. 209-229) por Yolanda Álvarez González e Luis Francisco López González, poderá ser apontado, por conseguinte, como «a etapa final da cultura castrexa», um processo de «evolución de las comunidades castreñas» em que «la minería aurífera en el Occidente de Asturias tras la conquista de Augusto» terá exercido, sem dúvida, papel preponderante, como aponta Ángel Villa Valdés (p. 231-257), um papel que só entrará em decadência quando, no século II, Roma «traslada su apoyo operativo hacia los territorios recién sometidos en el área danubiana donde se localizan y ponen en explotación importantes minas de oro» (p. 252).

Caberá a uma das responsáveis pela edição do volume, María Dolores Dopico Caínzos, entrar neste excuro cronológico para contar o que se conhece da «orixe e natureza do fenómeno urbano, o proceso de creación de *Lucus Augusti*, *Bracara* e *Asturica Augusta*, cidades fundadas *ex novo* cunhas características “totalmente romanas” que foron o resultado directo da vontade imperial» (p. 259-283). Destaque-se uma passagem do seu contributo, citando Manuel Martín-Bueno («si Augusto planificó, fue Tiberio quien pagó las facturas»), quando frisa «que o fenómeno de esplendor, sobre todo da edilicia privada côas grandes *domus* se producirá cos Flavios», porque, de início, o que importava era que estas cidades cumprissem as suas funções políticas com uma vinculação evidente ao poder, a cujos detentores o que importava «xa estaba esencialmente feito» (p. 273).

Coube a Helena Paula Carvalho, membro da equipa da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, mostrar o que lograra obter da longa investigação por ela levada a cabo no que respeita à homogeneização e à diversidade por ela verificada nas sucessivas transformações por que passou o território de *Bracara Augusta* (p. 285-305), porque «parece claro que a presença romana produz e induz novos modelos de desenvolvimento» (p. 302).

Entra-se, assim, na derradeira parte do volume, sobre as transformações económicas. Rui Morais aborda «o desenvolvimento do comércio no

Noroeste a partir da conquista», com base no que se conhece de *Bracara Augusta*, nomeadamente dos contextos cerâmicos detetados em escavações de necrópoles urbanas (p. 307-339). Realça, no final (p. 334), «que nas primeiras décadas da cidade existiu uma tendência da população local para depositar as cinzas em potes/urnas e outras peças de tradição indígena», o que se me afigura normal num processo da gradual aculturação.

Dois investigadores que se têm especializado nos aspectos da mineração – Almudena Orejas Saco del Valle e Francisco Javier Sánchez-Palencia Ramos – mostram (p. 341-359) como a exploração mineira (já atrás se disse) influenciou o domínio do Noroeste hispânico logo desde o tempo de Augusto, merecendo especial atenção a exploração e a gestão do ouro noroestino.

Victor Revilla Calvo sairá do horizonte geográfico seguido na obra até aqui, para se referir à viticultura e, conseqüentemente, à produção vinícola no litoral mediterrânico da Hispânia (p. 361-384), servindo o tema de trampolim para a necessária abordagem à introdução da *villa* como elemento fundamental para a exploração agrária, na sequência do livro que publicara em 1995: *Producción cerámica, viticultura y propiedad rural en Hispania Tarraconensis (siglos I a. C. – III d. C.)*. Revilla Calvo, no entanto, aproveita o ensejo para traçar apenas uma panorâmica geral, que inclui uma incursão pelos fornos de ânforas e, também, pela epigrafia anfórica. Cita, na bibliografia, a contribuição que deu para o volume *Epigrafia Anfórica*, editado em 2004, sob orientação de José Remesal e estranha-se que, sendo esse um dos tópicos por ele aqui abordados, essa obra de Remesal, seguramente o investigador que mais tem estudado a epigrafia anfórica, como responsável pelos trabalhos em curso no Monte Testaccio, não seja claramente inserida na bibliografia. Como também eu esperaria ver referida a primeira síntese sobre a produção de vinho na Hispânia durante a época romana, que se ficou a dever a Robert Étienne e a Françoise Mayet: *Le Vin Hispanique*, Paris, De Boccard, 2000.

Completam este precioso volume os resumos e palavras-chave, por ordem alfabética dos apelidos dos autores (p. 387-397) e a versão castelhana dos textos apresentados noutra idioma (p. 387-438).

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

jde@fl.uc.pt

<https://orcid.org/0000-0002-9090-557x>

https://doi.org/10.14195/2183-1718_73_8